

A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-70)*

INTRODUÇÃO

Surpreender-se-á quem tiver da origem do movimento operário português, e, em particular, do movimento operário portuense, a ideia de um arranque intenso e «furioso», à imagem das lutas pioneiras dos cartistas e dos operários de Lião. Pelo contrário, ele apresenta uma face reformadora, plena dos ideais do progresso da humanidade em geral e da indústria em particular. A fórmula ritual do final da correspondência, «atento, venerador e obrigado», cai-lhe como uma luva: os homens e os escritos que encontramos estão cheios de vénias aos altos interesses da indústria, ao respeito pela ordem pública, e nem ao de leve se referem ao sagrado direito de propriedade.

Os exemplos negativos da imprensa associativa portuense são os movimentos operários «excessivos» da França e da Inglaterra, cujo modelo deve ser a todo o custo evitado pelos operários portugueses. Tudo aponta para um reformismo social, resultante da convergência dos moderadíssimos apelos dos operários ordeiros, através das suas associações, e da acção das autoridades administrativas e do Governo, a começar pelo rei e pela régia família. As celebrações de pesar pelo «amigo dos que trabalham», D. Pedro V, e os discursos, lápides, projectos de monumento, poemas e inflamadas prosas, feitas na ocasião, são um retrato típico deste bem-estar ideológico entre todos. E, no entanto... No entanto, alguma coisa mexia por baixo deste lençol de palavras e intenções, enrugando-o e dando-lhe as formas do corpo que encobre. Esses «movimentos» da consciência, da expressão e da actividade de classe são aquilo que hegelianamente Marx chamava passagem da «classe em si» para a «classe para si». É na dialéctica entre diferentes «pressões», movimentos e correntes de opinião explícitas ou implícitas que se revela este processo de alteração. Da «pressão» nostálgica do corporativismo às «pressões» dinâmicas da luta sindical e... dos interesses do patronato à «pressão», que todos consideravam malfazeja, da política, vamos encontrar não só tensões típicas de todo o movimento operário português até 1934, como também o meio de caracterizar o «estado»

* Comunicação ao colóquio *Utopia e Socialismo em Portugal no Século XIX*, Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 10 a 13 de Janeiro de 1979.

do movimento operário numa época determinada. A associação, esse «princípio civilizador», constituiu uma etapa neste processo, a qual, como todas as etapas, continha no seu seio os elementos da etapa anterior e da que se lhe seguia.

É aqui que o socialismo se prefigura mesmo quando não é ainda um corpo ideológico nítido, e é nesta mesma dialéctica que o que há de utopia em toda a acção moldada num ideal de cidade futura se manifesta.

Algumas prevenções quanto ao que escrevemos a seguir. A *primeira*, é que se tenha em conta que nos referimos sempre ao movimento associativo portuense e que o que sobre ele escrevemos não é generalizável ao movimento de Lisboa. Há, nitidamente, uma diferença de maturidade ideológica e organizativa entre o Porto e Lisboa. O «tempo» corre mais depressa em Lisboa, que possui desde 1856 um esboço de estrutura federada das associações, um jornal federal, *A Federação*, e um Centro Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas, que não é, em rigor, uma associação mutualista, mas um fórum de debate político e ideológico e um núcleo dirigente dos esforços para alargar a influência do associativismo. A *segunda* prevenção, diz respeito ao facto de termos dado prioridade ao estudo da organização concreta da classe operária, deixando para segundo plano o estudo do corpo ideológico corrente nos sectores associativos. Quando o fizemos, foi quase sempre para ilustrar um aspecto da dinâmica organizativa. Em *terceiro* lugar, saliente-se que não se pretende dar uma visão exaustiva do associativismo mutualista do Porto, mas apenas expor algumas características do «estado» organizacional da classe operária entre 1850 e 1870, abrindo caminho a futuros trabalhos mais detalhados.

1 — Os primeiros passos do movimento operário portuense inserem-se no surto associativo dos anos 50 e 60 do século passado. É um período sobre o qual pouco ou nada se conhece, principalmente se quisermos passar para além da expressão ideológica do movimento e tentar conhecer a evolução concreta da organização operária. O objectivo desta comunicação é tentar retratar, na história operária do Porto, algumas das tensões e dificuldades da génese do movimento organizado da classe operária e traçar um primeiro retrato desse período inicial. O interesse deste estudo, que aqui apenas esboçamos, vem de que a génese do movimento operário no Porto retrata a dialéctica entre as diferentes formas organizativas que se sucedem, contradizem, sobrepõem e complementam e as tensões e conflitos que estas alterações provocam. Escolhemos como limite temporal do nosso estudo os anos de 1850 a 1870, limite justificado por ser o que vai da fundação das primeiras associações ao impacte da Comuna de Paris e da AIT, que alteram qualitativamente o movimento operário.

2 — Como era a vida associativa no Porto nas duas primeiras décadas da segunda metade do século XIX?

Antes de existirem associações mutualistas, e posteriormente à extinção da Casa dos Vinte e Quatro, ou seja, entre 1834 e 1851, as necessidades do operariado atingido pela doença, desemprego, invalidez ou morte eram mitigadas pela realização de colectas no meio dos seus companheiros de trabalho. Este sistema de colectas, para os casos de maior necessidade e urgência, repetia-se frequentemente como único meio de auxílio ao número enorme de operários necessitados. Os seus resultados eram incertos, a sua

frequência exigia esforços e boas vontades difíceis de reunir. Para além disso, era humilhante e desprestigiante como forma de caridade e de esmola. No arranque das primeiras associações congregaram-se as ideias socialistas utópicas e a institucionalização desta forma de previdência pela esmola que a enorme miséria da população operária exigia. Os tipógrafos portuenses que fundaram a primeira associação mutualista operária tinham consciência da necessidade de trocar a «incerteza» das colectas pela «certeza» da associação:

Não se diga que o método da subscrição que os tipógrafos portuenses têm ultimamente adoptado, no caso de doença, pode dispensar a organização duma sociedade de socorros [...] o método de subscrição só pode ser preferido, no presente caso, ao método da associação. Seria um contra-senso trocar uma coisa certa por outra incerta ¹.

3 — Assim foi criada a primeira associação mutualista portuense que pode ser ligada ao movimento operário. Não é de estranhar que tenham sido os tipógrafos a iniciar o associativismo no Norte do País. O papel dos tipógrafos no arranque do movimento associativo portuense foi grande, à semelhança do que se passou em Lisboa.

Não só foram eles que fundaram a primeira associação (em 1852), como, através dos jornais que criaram e em que colaboraram, fizeram o fomento e propaganda das ideias associativas.

Os tipógrafos são um grupo profissional de características únicas na classe operária novecentista portuense, a meio caminho entre o artesão e o operário. Com o advento do liberalismo e o consequente aumento do número de jornais e publicações, as tipografias progrediram. Os tipógrafos conhecem a proletarização e são patentes rupturas e tensões entre os «artistas» da tipografia, ciosos da sua profissão de prestígio, e os aprendizes, cujo número aumenta rapidamente e que começam a reivindicar a passagem a oficial, debaixo dos protestos dos mestres ².

O facto de saberem ler e de terem acesso directo à cultura e à vida política da época torna-os receptivos às ideias associativas que acompanham o progressismo social novecentista. No discurso que proferiu na primeira sessão associativa dos tipógrafos, Custódio José Vieira sublinhava estas características:

A classe tipográfica é a primeira que está ligada aos homens científicos literatos, por ser os primeiros homens a quem estes transmitem as suas ideias ³.

Esta característica dos tipógrafos fazia-os participar activamente na vida política da época, e são eles, na maioria dos casos, que trazem não só as novas ideias, como também o activismo político para o movimento associativo, pelo papel decisivo que tem no jornalismo operário. Em consequência, a sua primeira associação vai ter uma vida atribulada, no meio de um movimento que ajudou a criar e que vai revelar melhor saúde e eficácia.

¹ «Carta-circular dirigida aos tipógrafos em 1 de Dezembro de 1851», in *A Voz do Operário*, n.º 1, de 4 de Junho de 1853.

² No jornal *A Voz do Operário* encontram-se queixas contra esta situação.

³ *A Voz do Operário*, n.º 3, de 2 de Julho de 1853.

4 — A primeira associação operária foi portanto a Sociedade de Socorros dos Tipógrafos Portuenses, fundada em 1852. De 1852 a 1870 recensamos 17 organizações associativas criadas e constituídas esmagadoramente por operários e trabalhadores no Porto, havendo algumas outras associações, mas com um número minoritário de sócios proletários. É que este surto associativo operário acompanhou um surto mais geral, que transformou o Porto no exemplo do progresso do associativismo. Anos depois, Ramalho Ortigão gozava nas *Farpas* com este furor organizativo:

São espantosos os progressos do espírito da associação no Porto. Há ainda mais associações novas do que novas ruas. Perde-se a imaginação no abismo de tantas designações diversas. Conto muito para cima de cem e afundo-me na voragem tenebrosa das mais devoradoras conjecturas ao querer interpretar o sentido dos títulos da maior parte delas. Enquanto uns beneficiam toda a real família desde o finado D. Pedro IV até à tenra Vergôntea D. Afonso, apoiados na Católica, nas 3 virtudes teologais de V. N. de Gaia, na luz e auxílio, e porventura na própria firmeza e aliança, outros põem tabuletas de tecidos de operários e fornecem talvez dobrada das classes trabalhadoras com ervilhas aos restauradores da Senhora D. Maria Pia ⁴.

Com este comentário satírico, Ramalho Ortigão reconhece esta outra face do progresso económico e industrial do Porto da Regeneração. Goodolphim, escrevendo em 1875, notava igualmente que, enquanto «as associações de Lisboa [...] têm uma existência [...] raquítica [...] as associações do Porto estão num estado mais perfeito de organização» ⁵.

5 — Analisemos com algum pormenor um quadro cronológico da fundação de associações operárias no Porto entre 1852 e 1868:

[QUADRO N.º 1]

Data da fundação	Nomes
1852	Sociedade de Socorros dos Tipógrafos Portuenses
1853	Associação dos Alfaiates Portuenses
1853	Sociedade de Socorros dos Operários Fabricantes do Porto
1853	Associação Filantrópica Portuense dos Sapateiros
1855	Sociedade de Socorros dos Marceneiros e Entalhadores
1856	Associação dos Tintureiros
1856	Associação dos Socorros Mútuos das Classes Laboriosas
1856	Associação Fraternal de Beneficência de Todas as Classes do Porto
1856	Associação Fraternal Portuense dos Ferreiros e Serralheiros
1856	Associação dos Pintores Portuenses
1856	Associação dos Latoeiros Portuenses
1857(?)	Associação Filantrópica das Artes Portuenses
1859	Associação União dos Sapateiros e mais Artistas
1860(?)	Associação Benéfica dos Ourives do Porto
1863(?)	Associação Fraternal dos Barbeiros, Amoladores e Cabeleiros
1868	Sociedade Auxiliadora dos Artistas Portuenses
1868	Montepio União dos Chapeleiros Portuenses

⁴ Ramalho Ortigão, *As Farpas*, vol. 1, p. 142.

⁵ Goodolphim, *A Associação, História e Desenvolvimento das Associações Portuguesas*, Lisboa, 1974, p. 200.

A formação destas associações não se distribui regularmente pelo período de cerca de vinte anos que estudamos. Pelo contrário: 13 são fundadas nos anos de 1852-59 e 4 na década de 60. Há, nitidamente, um arranque organizativo inicial nos anos de 1852-56 e depois um progressivo esmorecimento. As razões desta heterogeneidade cronológica são várias. Há um efeito inicial de arrastamento, gerado pelo entusiasmo dos pioneiros do associativismo. Os grupos profissionais estão «maduros» para a organização associativa: existe a necessidade imperiosa de se dotarem de uma organização de defesa mais sólida e permanente e os fantasmas da Casa dos Vinte e Quatro, embora permaneçam vivos, vão-se inserir no corpo da associação. As notícias sobre o arranque das primeiras associações em 1852-53 revelam um fácil contágio entre os grupos profissionais que iniciam os trabalhos associativos. Escrevia um jornal associativo, em 1853, que numa cidade com «grandes e pequenos estabelecimentos de fábricas de tecidos de lã, algodão e seda [...], alfaiates, os barbeiros, os sapateiros, os ourives, os marceneiros, os ferreiros [...] as belas fábricas de fundição de metais, do Bicalho, do Rosário, da Rua Formosa»⁶ não podia deixar de se desenvolver o espírito de associação. E, premonitoriamente, o autor do artigo referenciou todos os grupos profissionais que se haveriam de associar num futuro próximo. De facto, poucos meses depois deste apelo podia-se escrever:

«O ano de 53 deve deixar impressas nos corações dos operários portugueses as mais ledas recordações»⁷.

A observação da cronologia do associativismo pode eventualmente justificar outra hipótese, com algumas reservas: a de que o crescimento, ou a decadência, do associativismo acompanhe os períodos de prosperidade e de crise económica, tornando-se assim um indicador suplementar das flutuações cíclicas na economia portuguesa no século XIX. Na realidade, como muitas vezes acontece na história do movimento operário, há um incremento e reforço organizativo nos períodos de progresso económico. Ora os anos 50 marcam um período de expansão na economia portuguesa, correspondendo à Regeneração, sendo os anos 60, anos de crise, marcados por baixa de produção e desemprego⁸. Infelizmente, a dificuldade em conseguir números detalhados quanto à evolução dos associados em cada associação impede-nos de possuir um segundo indicador que permita confirmar ou não a sugestão que fizemos⁹.

6 — Voltemos ao quadro que reproduzimos atrás. Uma primeira observação a fazer sobre o mesmo é que nele estão incluídos dois tipos de associações: aquelas que, pelo seu próprio nome e estatuto, estão ligadas a um grupo profissional e as que pretendem associar «todas as classes», os «artistas» e as «classes laboriosas» em geral. Chamemos às primeiras

⁶ *A Voz do Operário*, n.º 1, de 4 de Junho de 1853.

⁷ *Ibid.*, n.º 7, de 10 de Setembro de 1853.

⁸ Armando Castro, *A Revolução Industrial Portuguesa no Século XIX*, pp. 154 e segs.

⁹ Note-se que os números que pudemos obter revelam um progresso nos anos 50 e um retrocesso ou estagnação nos anos 60, mas não são suficientemente detalhados para confirmarem a hipótese que formulamos.

associações do tipo A e às segundas associações do tipo B. Note-se que foi esta distinção que levou Fernando Emídio da Silva a excluir de um quadro que elaborou as associações do tipo B, argumentando que não eram organizações operárias¹⁰. Tal critério não nos parece correcto. De facto, é natural que esse tipo de associações não tivessem só operários nas suas fileiras, mas é muito provável que a esmagadora maioria dos seus membros o fossem. Sabemos que era hábito associar sob rótulos genéricos todos os operários que pertenciam a profissões sem expressão significativa ou aqueles que chegavam às associações por opção individual, sem isso significar um esboço de organização profissional. Por exemplo, entre os associados dessas organizações estão compreendidos grupos profissionais numerosos, como é o caso dos tecelões, que não conseguiram, enquanto classe, auto-organizar-se em associações.

7 — A distinção entre as associações do tipo A e do tipo B não é artificial. Analisando uma lista dos seus sócios, infelizmente tardia e incompleta¹¹ em relação à época que estudamos, mas que vale de uma forma indicativa, verificamos que a dimensão de cada tipo de associação difere significativamente:

[QUADRO N.º 2]

Nome	Número de sócios (1876)
Sociedade de Socorros dos Tipógrafos	80
Associação dos Alfaiates	100
Sociedade de Socorros dos Operários Fabricantes	750
Associação Filantrópica Portuense dos Sapateiros	150
Sociedade de Socorros dos Marceneiros e Entalhadores	290
Associação de Socorros Mútuos das Classes Laborais	800
Associação Fraternal Beneficência de Todas as Classes	1100
Associação Fraternal dos Ferreiros e Serralheiros	250
Associação dos Pintores Portuenses	50
Associação dos Latoeiros Portuenses	60
Sociedade Auxiliadora das Artistas Portuenses	550
Montepio União dos Chapelheiros	140

Neste conjunto de associações, o número de membros conhecidos das associações de tipo A é de 1120 sócios, o que dá uma média de 140 por associação; enquanto o número de membros das associações de tipo B é de 3200, com uma média de 800 por associação. Só uma destas associações, a A.F.B.T.C.P., tem tantos sócios quantos todas as associações do tipo A juntas.

É possível, a partir destes elementos, concluir que o movimento associativo encobre, para além de uma homogeneidade aparente, duas realidades: num dos casos trata-se de associações ligadas aos ofícios e às profissões artesanais da pequena indústria local; no outro, de associações ligadas ao surto da média e grande indústria de dimensão nacional e cidadina, organizando o nascente operariado industrial.

¹⁰ Fernando Emídio da Silva, *O Operariado Português na Questão Social*, Lisboa, 1905, p. 91 em diante.

¹¹ Goodolphim, *op. cit.*

8 — Prosseguindo na análise do crescimento do movimento associativo nos anos 50 e 60, podemos, através da ordem cronológica da fundação das associações, tirar algumas conclusões sobre os grupos profissionais dotados de maior dinamismo associativo.

Neste período, os grupos profissionais que mostram maior iniciativa e homogeneidade organizativa, e que se organizam numa base profissional, estão todos ligados aos ofícios, ao artesanato e à pequena indústria.

De 1852 a 1868 organizam-se, por ordem cronológica, os tipógrafos, alfaiates, sapateiros, marceneiros, ferreiros, serralheiros, pintores, latoeiros e chapeleiros. Utilizando os dados do *Inquérito Industrial de 1881*¹², verificamos que se trata de indústrias em que a média de operários por oficina é muito pequena:

[QUADRO N.º 3]

Grupo profissional	Número de operários	Número de oficinas	Operários/ oficinas
Tipógrafos	350	33	11
Alfaiates	1265	61	21
Sapateiros	771	192	4
Marceneiros	755	143	5
Ferreiros e serralheiros	855	179	5
Latoeiros	60	19	3
Chapeleiros	380	2	190

A única excepção a esta regra são os chapeleiros, com uma média de 190/oficina, que se organizam no final do período estudado, em 1868, e que, de certo modo, prenunciam as organizações da fase seguinte, em que as classes profissionais ligadas à média e grande indústria (ao nível nacional) se organizam profissionalmente nas associações de classe. O Montepio União dos Chapeleiros vai ser uma das primeiras associações mutualistas a conhecer as tensões da luta de classes, quando os chapeleiros quiserem utilizar os seus fundos para sustentar uma greve, o que levou ao encerramento pela polícia e à arrolação dos seus fundos¹³.

9 — A maior capacidade de organização de profissões de tipo artesanal e da pequena indústria está relacionada com a existência de uma tradição corporativa e com a própria crise desses grupos profissionais. Em profissões como os sapateiros, marceneiros e serralheiros, o número elevado de oficinas revela que em muitas delas apenas trabalha um mestre e um ou dois aprendizes, sendo, em muitos casos, empresas de tipo familiar, em que o dono da oficina dá abrigo e comida aos que com ele trabalham¹⁴. Os salários são também superiores à média do salário da indústria não artesanal, em muitos casos para cima de 500 réis, chegando a

¹² Citado no trabalho de Graziela de Jesus Silvestre *Alguns Subsídios para a História do Trabalho na Cidade do Porto*, Porto, 1971.

¹³ J. M. Gonçalves Viana, «Aspirações populares. Subsídios — VIII», in *O Tripeiro*, 25 (145), 1 de Janeiro de 1927.

¹⁴ O *Inquérito Industrial de 1881* revela uma desagregação desta situação. O número de aprendizes sobe, o que revela uma tendência para a proletarianização nas profissões de tipo artesanal.

700-800 réis, para 400 na indústria¹⁵. Nestes sectores profissionais subsistia a nostalgia da antiga organização corporativa, de que encontramos referências nos jornais ligados ao surto organizativo dos anos 50 e que analisamos mais adiante. Esta nostalgia, assim como o reviver da tradição e hábitos corporativos, acompanham à constituição de associações. Sabemos, por exemplo, que o culto na Capela da Senhora de Agosto e de S. Bom Homem, pertença da Confraria de Nossa Senhora de Agosto e de S. Bom Homem, da Corporação dos Mestres Alfaiates do Porto, extinto em 1823, só veio a ser recomeçado em 1853, data da fundação da Associação dos Alfaiates Portuenses¹⁶.

10 — As associações de «todas as classes» rompiam com a tentação do corporativismo profissional, ainda subsistente nas associações por ofício, e nelas se vão organizar os sectores mais proletarizados da população trabalhadora portuense. São, como vimos atrás, associações com um número elevado de associados e com razoáveis fundos, que vão ter uma longa vida, existindo, pelo menos, ainda hoje uma delas com 122 anos, a Associação Portuense dos Socorros Mútuos das Classes Laboriosas.

A maior de todas, pelo número dos seus associados, é a Associação Fraternal Beneficência de Todas as Classes do Porto, fruto de uma cisão no grupo fundador da Associação dos Socorros Mútuos das Classes Laboriosas. O seu crescimento é considerável e quase que duplica o número de associados do ano da fundação até 1875: em 1856 tinha 623 associados; em 1864, 950, e em 1857, 1100. À data da sua criação sublinha-se que vem «preencher um vácuo imenso que existia na organização das associações de classe [...] Abrange todas as classes não associadas»¹⁷.

11 — Um instrumento fundamental deste surto associativo foram os jornais. Os jornais associativos contribuíram para a formação de uma consciência operária e foram um passo para a progressiva compreensão da necessidade de autonomia da classe perante o patronato e o Estado. Não que eles próprios inscrevessem estes objectivos nos seus editoriais, muito pelo contrário. Mas o que é certo é que esta imprensa constituía o primeiro cadinho de um movimento que os canhões da Comuna e a propaganda da Fraternidade Operária haveriam de despertar¹⁸.

¹⁵ Dados do *Inquérito Industrial de 1881*.

¹⁶ B. Xavier Coutinho, *Exigências e Condicionamento da «Nobre Arte de Alfaiataria»*, Porto, 1963, p. 21; *A Voz do Operário*, n.º 9 e 10, de 5 e 19 de Novembro de 1853.

¹⁷ *A Federação*, n.º 3, vol. II, de 17 de Outubro de 1857.

¹⁸ É surpreendente verificar que, na sua estrutura, os jornais operários portugueses se assemelham muito uns aos outros, desde os jornais mutualistas dos primórdios do movimento operário aos jornais sindicalistas e anarquistas dos primeiros 30 anos do século XX. Para além do diferente conteúdo ideológico, o típico jornal operário divide-se em três partes principais:

- a) Doutrinal e teórica;
- b) «Conhecimentos úteis»;
- c) Literatura: contos, folhetos, poemas etc.

Os jornais associativos de 1850-60 seguiam este esquema. A parte doutrinal e teórica era constituída por artigos de propaganda associativa. Estes artigos são, na maioria dos casos, longas e enfadonhas dissertações cheias de pompa e circunstância, com a habitual grandiloquência que se encontra nos autodidactas. Apesar disso, es-

O *Jornal dos Operários*, *A Voz do Operário*, o *Jornal dos Artistas*, *A Emancipação*, *O Defensor dos Artistas* e alguns outros exprimiam confusamente queixas de mestres contra aprendizes, de artesões e industriais contra a concorrência estrangeira, apelos à associação e ao socorro mútuo, elogios aos reis, aos príncipes, aos patrões e aos presidentes da câmara, e entraram na política da regeneração apoiando ou atacando caciques, e no meio desta amálgama fizeram uma primeira tentativa de expressão dos interesses e necessidades da classe operária e falaram tenuemente em «socialismo».

A Emancipação apresentava-se como «folha industrial», o *Jornal dos Artistas* era «dedicado às classes operárias» e *A Voz do Operário* reivindicava-se de «jornal das classes laboriosas». Na sua maioria eram escritos e dirigidos por tipógrafos, mas neles colaboraram outros «artistas» e operários que encontrámos à frente das associações.

O elemento ideológico comum nesta imprensa dos anos 1850-60 é a defesa e propaganda do associativismo. Os pioneiros *Jornal dos Operários*, de 1852, e *A Voz do Operário*, de 1853, estão ligados ao núcleo de tipógrafos fundadores da Sociedade de Socorros. O *Jornal dos Operários* afirma que o associativismo mais a instrução são as causas da «superioridade» das nações da Europa¹⁹ e *A Voz do Operário* dedica grande parte das suas páginas a artigos defendendo as virtudes da associação e a noticiar o progresso concreto de organizações.

A vida das associações era difícil e atribulada. É vulgar encontrar nos jornais da época lamentos generalizados quanto à situação de descalabro do associativismo. Às queixas do princípio dos anos 50, de que os operários não se associavam, sucedem-se, nos anos 60, as queixas contra a crise e o mal-estar dentro das associações. A vida de algumas, de que é

condidos no meio de uma selva de lugares-comuns retóricos, lá se encontram alguns elementos informativos sobre as tensões geradas pelo nascente movimento operário e sobre as ideias que circulam no seu seio. As secções de «Conhecimentos úteis» são uma constante do jornalismo operário e não resultam necessariamente da influência de artesões preocupados com a melhoria «artística» do seu trabalho. As secções de «Conhecimentos úteis» traduzem, por um lado, uma consciência da dignificação da profissão, elemento muito vivo no movimento operário, e, por outro, uma preocupação pelo saber, que o positivismo novecentista canalizava predominantemente para as ciências da natureza.

Nos jornais associativos é patente a preocupação de dar ao operário conhecimentos sobre a sua profissão: noticiam-se com relevo as iniciativas da Associação Filantrópica dos Sapateiros de Lisboa de traduzir o *Manual dos Sapateiros*, dos tipógrafos de fazerem um *Manual de Tipógrafos*, e fala-se nos «Conhecimentos úteis» da seda, do algodão, dos teares, de novos métodos de tinturaria, etc. Seguem-se no Porto as iniciativas lisboetas do Centro Promotor de promover cursos para os operários e, em uníssono com as associações patronais, clama-se pela instrução, por bolsas de estudo para operários, pela maior participação nesses grandes mostruários da «civilização» e da «indústria» que eram as exposições. Num artigo significativamente intitulado «O artista e a aristocracia» refere-se que, apesar do «ar de indiferentismo» dos poderosos em relação a ele, o artista bem merece ser qualificado de aristocrata pelo «grau de perfeição» das suas obras (*Jornal dos Artistas*, n.º 2, de 7 Outubro de 1860). Em complemento destas secções, apresentavam alguns destes jornais um «Registo dos operários», secção de anúncios de ofertas e pedidos de empregos.

Do ponto de vista literário, os jornais associativos não são originais e assemelham-se à multidão de folhas literárias que pululam no século XIX «para recreio das damas». Só raras vezes se nota a preocupação de dar expressão literária à vida operária.

¹⁹ *Jornal dos Operários*, n.º 1, de 15 de Fevereiro de 1852.

um exemplo a pioneira Sociedade de Socorros dos Tipógrafos, não é senão uma larga sucessão de conflitos, entrecortada de tentativas de revigoramento associativo, a curto prazo, mal sucedidas.

Para além das tensões existentes no nascente movimento operário, e que noutro lugar tratamos, são fáceis de determinar as razões profundas desse mal-estar organizativo. Entre elas avultam, no plano organizativo, o carácter precário da organização associativa, a má gestão financeira, a falta de democraticidade interna e a impreparação das direcções associativas. Todas estas causas apontam para uma mais comum e geral: o isolamento das associações em relação à massa dos operários, o «indiferentismo de quase toda a corporação»²⁰.

As dificuldades financeiras das associações eram enormes. Vivendo quase exclusivamente da quotização e pressionadas por um aumento crescente de gastos com os associados, a ruptura estava sempre a dois passos.

As quotas associativas variavam, embora constituíssem uma parte suficientemente significativa do salário para haver queixas, considerando-as um obstáculo ao desenvolvimento associativo. Na base delas se construíam os fundos do «cofre» associativo. Uma análise das contas de várias associações revela em que é que eles eram gastos: pagamento dos dias de doença; pagamento de reformas a sócios incapacitados, a viúvas e órfãos; despesas de enterros; ordenado ao «facultativo»; despesas com «sanguessugas»; pagamento de «banhos de caldas» e «banhos de mar», e despesas com a administração associativa, papel, aluguer da sede, etc.²¹ Perante o aumento das despesas, as direcções associativas recorriam a diferentes meios: propunham a suspensão ou a diminuição dos socorros por períodos determinados ou investiam o capital associativo. A primeira solução levava a um coro de protestos e a um mal-estar nos associados, gerado pela falta de cumprimento das promessas que lhes tinham sido feitas, tanto mais que as promessas eram quase sempre muito além das possibilidades de concretização e a utilização dos fundos de doença era muitas vezes fonte de fraudes²².

A aplicação dos capitais associativos era feita de forma muito diversa: penhores, acções e mesmo negócios mais ou menos de circunstância. A Associação dos Latoeiros Portuenses, que compreendia artesões, pequenos patrões e operários, negociava com a importação de arame, gabando-se publicamente de que o seu capital «tem sido posto em giro» e «está sendo aplicado mais vantajosamente»²³. Outras associações, para fazerem «girar» o seu capital, dedicam-se à usura, começando pelos próprios associados.

Torna-se evidente que estas actividades se prestavam a todo o género de fraude e constituíam uma importante motivação para o ambiente de conflitos da vida associativa.

14 — Para além disso, a democracia interna das associações deixa muito a desejar, embora haja excepções à regra.

São constantes as referências a direcções que não apresentam as contas, que durante meses nada dizem aos seus associados sobre a gestão da

²⁰ *Jornal dos Artistas*, n.º 1, de 30 de Setembro de 1860.

²¹ «Resumo da receita e despesa» das Associações dos Pintores Portuenses e Filantrópica das Artes Portuenses, in *Jornal dos Artistas*, n.º 21, de 16 de Fevereiro de 1862.

²² *Jornal dos Artistas*, n.ºs 6 e 8, de 4 e 18 de Novembro de 1860

²³ *A Federação*, n.º 14, de 31 de Janeiro de 1857.

associação, que afastam sócios com a acusação liminar de serem «elementos perigosos», e pululam as acusações de caciquismo e do abafar das vozes discordantes. O ambiente de questões pessoais que se vive em muitas associações torna ainda mais grave este procedimento.

A participação dos associados na vida associativa não é grande. São raras as notícias referindo o aparecimento de listas alternativas e, quando surgem, salienta-se a raridade do caso. Pelo contrário, e em razão inversa, são abundantes as referências a pendências e calúnias pessoais, ditos e remosques que os jornais associativos publicam, com réplicas dos acusados, tréplicas, esclarecimentos, ameaças, etc.

As assembleias são frequentes, a julgar pela abundância de convocatórias, mas a sua participação é muito diminuta e, de um modo geral, diminui progressivamente. Na Associação Filantrópica Portuense dos Sapateiros participam nas reuniões em 1853 entre 70 e 130 sócios e em eleições realizadas em 1861 só 29 sócios votaram na lista apresentada.

Na Sociedade de Socorros dos Tipógrafos, apenas 13 a 16 sócios em 40 participavam na vida associativa, o que motiva recriminações públicas²⁴. Neste contexto tornava-se difícil cumprir os estatutos associativos, que exigiam um *quorum* mais elevado nas assembleias, o que em determinado momento surgiu como impeditivo da realização de reuniões²⁵.

Os estatutos continham igualmente muitas medidas que constituíam por si um obstáculo à democratização das associações. Goodolphim dá alguns exemplos de verdadeiros anacronismos: obrigar ao juramento pelos Evangelhos, expulsar «as sócias que se prostituem publicamente», criar um verdadeiro filtro para a entrada e classificação de sócios e fazer funcionar as associações com duas câmaras de resolução, ao modo do parlamentarismo²⁶.

A somar a todos estes factores, a existência das associações era dificultada pela hostilidade latente da parte das autoridades civis, de entidades religiosas, de certos sectores da opinião pública e de alguns patrões. Nem todos comungavam do ideal progressista e regenerador que acalentava a ideia de atenuar as agruras e as reivindicações operárias com as associações, desviando assim parte do encargo da caridade institucionalizada, que tão grande papel tem no século XIX, para limitar os malefícios da revolução industrial²⁷.

O *Defensor dos Artistas* refere-se à hostilidade existente nos meios religiosos de Braga, que se opõem ao associativismo como sendo anti-religioso e maçónico²⁸. Por todo o lado se percebe uma hostilidade mais latente do que explícita, pelas consequências da associação na defesa do operário, o que referimos mais adiante. Resumindo este ambiente hostil, Goodolphim afirmava que, no início do associativismo, este foi visto como «a internacional» da época e declarava com certo exagero: «Todos os conservadores julgaram iminente um cataclismo social.»²⁹

²⁴ *Jornal dos Artistas*, n.º 16, de 11 de Janeiro de 1863.

²⁵ *Ibid.*, n.º 20, de 9 de Fevereiro de 1862.

²⁶ Goodolphim, *op. cit.*, p. 201.

²⁷ «A caridade pública achou-se mais desafoçada e, tomando nova direcção, foi cuidar de outras dores; os hospitais foram consideravelmente aliviados ou puderam abrir as suas portas a outros desventurados.» (António Rodrigues Sampaio — *Homenagem Prestada à Sua Memória*, Porto, 1882.)

²⁸ O *Defensor dos Artistas*, n.º 5, de 4 de Dezembro de 1864.

²⁹ Goodolphim, *op. cit.*, p. 95.

15 — Detectam-se na vida associativa algumas tensões que derivam quer da existência de movimentos de opinião no seio dos operários e dos trabalhadores, quer da evolução da situação económica, social e política, que se reflecte no seio do movimento associativo.

Pensamos ser possível destacar deste fundo complexo algumas pressões-tipo, cujos contornos podem ser delimitados com alguma nitidez, se bem que nenhum destes elementos, ideologicamente dinâmicos, possa ser considerado independente dos outros. Por uma questão de simplicidade, classificamos estas pressões-tipo em quatro grupos, conforme estavam associadas à «política», à influência das antigas corporações e dos interesses com elas associados, à expressão dos interesses patronais e à necessidade de representação sindical e à luta económica.

A PRESSÃO DA «POLÍTICA»

O movimento associativo e os seus mentores não escapavam ao jogo político e parlamentar que atravessava a sociedade portuguesa da Regeneração. Embora a posição oficial do associativismo fosse a independência política e partidária, os activistas do movimento embarcavam com frequência no canto de sereia dos políticos, o que era uma das fontes dos conflitos frequentes entre associações. Tais conflitos não se travavam dentro da vida associativa propriamente dita (que era escassa e reduzida a um número pequeno de pessoas), mas nos jornais, porta-vozes dos principais activistas do movimento associativo. Estes eram muito personalizados e serviam como instrumento da intervenção do associativismo ao lado das lutas políticas. Típicos exemplos deste tipo de jornais são *O Defensor dos Artistas* e o *Jornal dos Artistas*, publicados em 1864-65. *O Defensor dos Artistas* pretende-se um arauto dos operários, bendizendo «os ministérios que nos protegem» e «chorando» «sobre os desvarios dos que cerraram mais as algemas à nossa emancipação»³⁰. Mas esta proclamação de aparente independência não é senão a porta para «bendizer» a acção política do industrial portuense Faria Guimarães e combater Custódio José Vieira, professor de liceu e pioneiro do associativismo nortenho. Por seu lado, o *Jornal dos Artistas* terça armas pelo visconde de Lagoaça, que *O Defensor dos Artistas* combate e acusa de caciquismo, usando operários para obter votos.

Este tipo de polémicas, com acusações de traição aos interesses operários, misturadas com alusões à corrupção, ao desvio de quantias dos fundos associativos, reflectia-se inevitavelmente nas próprias associações. agravando um estado de crise sistemático. O patrocínio a que voluntária ou involuntariamente se submetiam as associações era um meio de arregimentar forças dos caciques da época, que, a pretexto de oferecer às associações apoio jurídico, recebiam em troca favores e influência política³¹. Na procura do patrocínio, expresso nos estatutos pela oferta da categoria de membros honorários ao governador civil e administradores dos bairros,

³⁰ *O Defensor dos Artistas*, n.º 1, de 6 de Novembro de 1864.

³¹ O argumento dado para a inclusão nos estatutos de membros honorários era estes «assegurarem defesa contra prepotências e ilegalidade» (Goodolphim, *op. cit.*, p. 201).

as associações do Porto distinguiam-se das de Lisboa, mais rebeldes a estes favores ⁸².

A PRESSÃO «CORPORATIVA»

Um tipo de pressão muito significativo é o que diz respeito à manutenção de um estatuto profissional privilegiado, assente em legislação ou numa organização profissional do tipo das antigas corporações. Esta pressão «corporativa» era patente nos ofícios de tipo artesanal e que exigiam uma considerável preparação profissional. O peso que estes ofícios tinham no conjunto dos grupos profissionais do Porto da segunda metade do século XIX revela-se inclusive pela permanência da designação «artista» *versus* «operário». Existia entre os «artistas» uma nostalgia da Casa dos Vinte e Quatro. Ecos dessa nostalgia encontram-se no editorial do *Jornal dos Operários*, em que se afirma que há trabalhadores «que atribuem a decadência dos seus mesteres à extinção da Casa dos Vinte e Quatro» ⁸³. Estas queixas eram frequentes, em particular, recriminando o fácil acesso à profissão de qualquer «maltrapilho». Um artista lamentava-se: antigamente o operário vivia «escudado com as leis vigentes da Casa dos Vinte e Quatro», agora «mudam-se os tempos, mudam-se as vontades [...] a liberdade deu azo a muita maroteira e suplantou os oficiais, que vivem hoje... como Deus é servido» ⁸⁴.

Para esta nostalgia, o associativismo era a «solução» ⁸⁵, porque, embora não pretendendo restaurar o corporativismo, cuja extinção é considerada lógica em nome do liberalismo, poderia vir a estabelecer «um novo equilíbrio entre as diversas corporações», quebrado que fora o antigo pela extinção da Casa dos Vinte e Quatro. Todas estas questões foram objecto de polémica, que se travou no Centro Promotor de Lisboa, mas cujos ecos chegaram igualmente ao Porto. Alguns aspectos da antiga organização dos ofícios e formas de organizações com ela associadas, como as confrarias, conseguem sobreviver à extinção da Casa dos Vinte e Quatro e, mudando de nome, manter-se como grupo de pressão dos interesses corporativos. Um caso típico é o que se passou com as antigas Confrarias de N. S. da Assunção e de Santo Elói, de origem remota e que estiveram na base da Associação dos Ourives de Prata de Lisboa, que manteve o privilégio corporativo da aferição de pesos e medidas até uma data tão tardia como 1864 (30 anos depois da extinção dos ofícios).

PRESSÃO SINDICAL

A inexistência de qualquer organização profissional representativa da classe, proibida pelo próprio decreto que extingue as corporações e só permitida e regulamentada em 1891, levava os operários a tentarem utilizar as associações mutualistas para realizar funções sindicais ⁸⁶.

⁸² Goodolphim (*op. cit.*, p. 201) apresenta esta característica como uma das razões do progresso do associativismo portuense.

⁸³ *Jornal dos Operários*, n.º 1, de 15 de Fevereiro de 1852.

⁸⁴ *Jornal dos Artistas*, n.º 15, de 5 de Janeiro de 1862.

⁸⁵ *Jornal dos Operários*, n.º 1, de 15 de Fevereiro de 1852.

⁸⁶ O Decreto de 7 de Maio de 1834 extingue as corporações e proíbe as associações operárias de tipo profissional, consideradas um obstáculo à liberdade da in-

As associações dificilmente se prestavam para tais funções. Organizadas na base da assistência médica, do pagamento de uma pequena reforma a viúvas ou a operários vítimas de acidentes de trabalho, ou de doença e, num número elevado de casos, criadas apenas para assegurar um funeral digno aos seus sócios, era difícil iludir os seus estatutos e obter um mínimo consenso quanto à utilização dos poucos fundos do cofre associativo.

No entanto, pela sua própria existência, elas asseguravam ao trabalhador associado uma protecção mínima em relação ao patronato, impedindo-o de cair na absoluta miséria, quando se defendesse de alguma arbitrariedade patronal, ou lutasse pelos seus direitos e salários. Goodolphim nota que parte da reacção conservadora contra o associativismo tinha génese nesta protecção e defesa do operário:

O chefe de um estabelecimento industrial, ou o dono de uma loja qualquer, via com maus olhos os caixeiros ou o operário que se filiava na associação [...] O caixeiro que não tem associação é como um escravo do patrão, em este o despedindo fica sem recursos para viver; pelo contrário, o caixeiro filiado na associação, despedindo-se por qualquer circunstância, não desonrosa, encontra por um certo tempo protecção ³⁷.

Não é assim de estranhar que haja por parte de alguns dos associados uma pressão no sentido de utilizar as associações para defesa dos seus interesses operários. Num significativo artigo do *Jornal dos Artistas* de 1863 refere-se que é «preciso dar maior latitude às associações», que não «é só socorro mútuo», mas também a intervenção na fixação dos salários e na «organização do trabalho» ³⁸.

Na realidade, as associações aproximam-se cada vez mais de assumir uma função representativa dos interesses operários. A progressiva participação daquelas em reuniões e na organização de manifestos e apelos junto dos poderes públicos revela este resvalar para formas diferentes de organização, já não passivas e defensivas como o socorro mútuo. É evidente que a necessidade de formas de organização sindical está directamente associada à evolução da acção operária. Esta manifesta-se, no período de tempo que estamos a estudar, sob a forma de representações, de petições aos poderes públicos e, muito raramente, esboçando greves ³⁹. Estas formas de acção intensificam-se nos períodos de crise de trabalho que acompanham as flutuações cíclicas da economia portuense ⁴⁰.

dústria. O Código Civil de 1867 é vago nesta matéria e só a Lei de 9 de Maio de 1891 legisla as associações de classe. (Veja-se Bento Carqueja, *Economia Política*, vol. v, p. 356.)

³⁷ Goodolphim, *op. cit.*, p. 97.

³⁸ *Jornal dos Artistas*, n.º 42, de 12 de Julho de 1863. A referência à «organização do trabalho» diz respeito aos projectos socialistas utópicos, postos em voga pelas «oficinas sociais» e pelos «falanstérios».

³⁹ Não está ainda feito um estudo do movimento grevista português e as informações sobre as greves anteriormente a 1871 são muito escassas. Não há dúvida de que existiram greves e esboços de greve. A posição dos propagandistas associativos é, dum modo geral, hostil à greve. Vejam-se as referências à greve dos operários da fábrica de Xabregas em *A Emancipação*, n.º 4, de 17 de Novembro de 1863.

⁴⁰ Armando Castro, *A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX*, Lisboa, 1871, p. 154.

Uma destas crises inicia-se no final da década de 50 e prolonga-se até aos primeiros anos da década de 60, dela havendo referências na imprensa operária, que relata o desemprego provocado. Um dos grupos profissionais mais duramente atingidos foram os «fabricantes de seda», que em 1861 dirigiam ao governador civil do Porto um longo manifesto em que expunham as razões por que pediam um aumento de salário. No seu conjunto, é um típico documento da consciência e formas da acção operária na época ⁴¹.

Com uma certa pomposidade, a que não é alheia a necessidade de revelar cultura para contrariar a opinião de que o «operário é só um bêbado e um desgraçado», o manifesto abre com uma citação de Demóstenes:

É obrigação de quem julga ouvir ambas as partes, para que a justiça não fique nas opiniões duvidosas.

Em seguida afirma-se que, apesar de ser a classe operária «aquela de quem a sociedade colhe o maior proveito», é também a que «menos considerações lhe tem merecido» e só recebe censuras, como se a situação em que se encontra não fosse culpa da própria sociedade. As considerações que se seguem são significativas do sentimento de humilhação sentida pelos operários e da sua necessidade de dignidade: confrontada com as acusações de ignorância, de vício, de inutilidade, «a classe operária solta um gemido doloroso e fica em profunda meditação, da qual a vem arrançar um sussurro de uma voz forte como a do trovão, que lhe diz: a ti não te é permitido pensar ou meditar, isso é exclusivo da alta sociedade. A ti só te pertence executares as suas ordens: ela manda que trabalhes, por conseguinte, trabalha, trabalha.» Frente a esta situação, só há que pedir à «sociedade» que ouça «uma pequena partícula da milícia trabalhadora»: os fabricantes de seda. Estes historiam as suas desgraças: apesar da contínua carestia dos géneros e da renda de casa, os preços por que se pagavam os tecidos ao operário em 1848, 1849 e 1850, que já eram «diminutos», são ainda os mesmos de hoje. Tal situação é in comportável, tanto mais que em 1855 se deu um agravamento no custo de vida. Prolonga-se, assim, «essa luta estéril [...] entre o operário e o dono do estabelecimento», dizendo este último que se esperasse pela reforma da pauta. Esta veio em 1858, com a «expectativa de todos, mestres e operários», que viam nela a «sua tábua de salvação». Mas os patrões adiaram o aumento, fazendo-o condicionar por novas facilidades, a obter do Governo, que diminuíssem a concorrência estrangeira. Esperava-se uma nova reforma em 1860, que se vem a verificar, embora sem resultados em termos de aumento. Perante uma afirmação patronal de que não era possível aumentar, mas, pelo contrário, era necessário diminuir, os preços da mão-de-obra, os operários ficam desesperados por não verem resolvida a sua situação. Nestas circunstâncias, e «sem manifestarem o mais mínimo sinal de indignação» aos patrões e sem lhes dizerem «ou não de pagar-nos por um preço que nós lhes dissermos, ou, quando não, não trabalhamos», vêm pedir aos patrões se, «condóidos da sua miséria e convencidos da sua necessidade, se resignavam a dimi-

⁴¹ O resumo que fizemos segue a «Cópia do manifesto que os operários fabricantes de tecidos de seda do Porto entregaram a Sua Ex.^a o Sr. Governador Civil no dia 8 de Junho de 1861», in *Jornal dos Artistas*, n.º 44, de 28 de Julho de 1861.

nuir alguma coisa aos seus já limitados interesses». Acordaram para isso em fazer uma reunião e constituir uma comissão que fosse pedir aos proprietários «um pequeno aumento nos feitos das obras». Após os primeiros contactos com alguns patrões, estes disseram que aumentariam os operários quando todos os patrões o fizessem. E assim, empurrando de uns para os outros, nada se conseguia, o que levou a comissão a enviar, «por meio de cartas atenciosíssimas», a convocatória para uma reunião de proprietários, para o que arranjaram uma sala. Mas estes, com 3 excepções, não compareceram. Com os que compareceram tentou criar-se uma nova comissão de base dos que primeiro tinham aceite a hipotética subida dos salários. Mas o Sr. Nogueira disse que tinha «muitos afazeres», o Sr. Pimenta estava «doente», acabando-se por desistir de criar a comissão. O passo seguinte foi a elaboração do manifesto que temos vindo a resumir, cujo objectivo confesso é, para além de repudiar as várias acusações, de «desordeiros», «estúpidos», «negligentes para o trabalho», «desgovernados» e «bêbados», «mostrar que os operários fabricantes de seda sempre se souberam conservar, conservam e conservarão dentro dos limites da ordem e da prudência».

Aquí temos o retrato da acção operária nos anos 60, que nos ajuda a compreender o tipo de pressão sindical que se fazia sobre as associações, levando-as a intervir como interlocutores neste processo.

PRESSÃO «PATRONAL»

A mistura de operários e patrões nas associações e o idêntico modelo da sua constituição ⁴² levam não só a uma falsa comunidade de interesses do associativismo em geral, como à existência, nas associações de base operária, de pressões que correspondiam aos interesses do patronato. Este tipo de pressões acentuavam-se em associações em que artesãos, operários e pequenos patrões coabitavam, como era o caso dos latoeiros.

Assim, os operários fabricantes de tecidos de seda «suspiram» pela reforma da pauta de 1858, pelo fim da concorrência estrangeira, por medidas governamentais de protecção à indústria em conjunto com os proprietários ⁴³. Junto com a Associação dos Proprietários dos Estabelecimentos de Tecidos do Porto, as associações reúnem-se e protestam contra a «introdução dos móveis e mais objectos do estrangeiro» ⁴⁴. Os negócios da Associação dos Latoeiros com a importação de arame também não são alheios a esta promiscuidade de interesses ⁴⁵.

Nestes, e em muitos mais exemplos, verifica-se como os interesses típicos do patronato e da burguesia industrial e comercial se reflectiam dentro das associações, utilizando-as muitas vezes como instrumento de pressão junto do Governo, de que são exemplo alguns manifestos abaixo-assinados pelo conjunto das associações patronais e operárias.

⁴² Existia, por exemplo, uma Associação dos Proprietários dos Estabelecimentos de Tecidos do Porto, que assina normalmente documentos em conjunto com as associações de base operária. (Veja-se *Jornal dos Artistas*, n.º 21, de 16 de Fevereiro de 1862.)

⁴³ *Jornal dos Artistas*, n.º 44, de 28 de Julho de 1861.

⁴⁴ *Ibid.*, n.º 21, de 16 de Fevereiro de 1862.

⁴⁵ *A Federação*, n.º 14, de 31 de Janeiro de 1857.

É do jogo destas tensões, latentes e expressas, que resulta uma dialéctica de alteração organizativa e ideológica no seio das associações. Algumas destas pressões vão ser interiorizadas, quer por via institucional, levando a alterações no plano organizativo e preparando a fase seguinte do movimento operário, quer por via da constituição de grupos de pressão e de opinião, gerando conflitos, polémicas e cisões. Em ambos os casos, é através da análise das pressões e tensões no seio do associativismo que podemos compreender a sua preparação para o surgir do primeiro movimento grevista e para a organização da futura Fraternidade Operária. Todas estas quatro pressões-tipo empurram o movimento associativo para além dos seus objectivos mutualistas próprios, tendendo à ultrapassagem das formas e estatutos organizativos do socorro mútuo.